



**04 DE OUTUBRO DE 2016**

**Terça-feira**

- GOVERNO APRESENTA A CENTRAIS PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- BANCÁRIOS DECIDEM MANTER GREVE E PARALISAÇÃO ENTRA NO 29º DIA
- JUSTIÇA NEGA PEDIDO DE PRISÃO DE PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS
- SETE METALÚRGICAS PARAM PRODUÇÃO EM PROTESTO POR REAJUSTE SALARIAL
- CNI E SENAI ANUNCIAM A EMPRESÁRIOS NOVOS INVESTIMENTOS E PARCERIAS PARA PROMOVER INOVAÇÃO
- ARTIGO: TENDÊNCIAS ANTIGLOBALIZAÇÃO MOSTRAM QUE BRASIL TEM DE MIRAR O SEU MERCADO
- CRESCER O NÚMERO DE NOVAS EMPRESAS
- PARANÁ APARECE EM 4º NAS DEMISSÕES
- PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TEM A MAIOR QUEDA DESDE JANEIRO DE 2012
- INDÚSTRIA DO BRASIL REDUZ PRODUÇÃO E FUNCIONÁRIOS, MOSTRA PMI
- RECEITA FEDERAL BUSCA RECUPERAR R\$ 14,25 BI EM COMPENSAÇÕES INDEVIDAS DE EMPRESAS
- CONFIANÇA DO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO CAI 8,3% EM SETEMBRO, DIZ CNDL
- SUSEP PUBLICA ALTERAÇÃO NO SEGURO AUTO POPULAR QUE PERMITE USO DE PEÇAS GENÉRICAS
- ESCALADA DA DÍVIDA DE EMPRESAS VIRA MINA DE OURO PARA BANCOS E CONSULTORIAS
- EM MEIO À CRISE, VAREJO DEMITE JOVENS E CONTRATA FUNCIONÁRIOS MAIS MADUROS
- FGTS PAGA BEM À CAIXA E MAL AOS TRABALHADORES
- BNDES DARÁ ESTÍMULO PARA ENERGIAS RENOVÁVEIS
- INVESTIDORES QUEREM FISCALIZAÇÃO MAIS RÍGIDA DA ANBIMA E CVM
- BRASILEIRO CONHECE PELO MENOS SEIS DESEMPREGADOS
- TESOURO: PEC DOS GASTOS É PONTO DE PARTIDA, ACOMPANHADA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- TÉRMICAS A CARVÃO CRITICAM DECISÃO DO BNDES DE ACABAR COM FINANCIAMENTO AO SETOR
- PRESIDENTE DO COSAG, JACYR COSTA BUSCA INTEGRAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA
- MÉDIA DE EXPORTAÇÕES NO ANO ATÉ SETEMBRO CAIU 4,6% E DE IMPORTAÇÕES RECUOU 23,9%
- RECEITA FORMA GRUPO PARA ANÁLISE DE RISCO SOBRE USO INDEVIDO DE COMPENSAÇÕES
- RECEITA DIZ QUE 91 CONTRIBUINTES SAÍRAM DO BRASIL PARA SONEGAR
- FABRICANTE DE TUBOS VALLOUREC FUNDE SUAS ATIVIDADES NO BRASIL
- MAN E SCANIA TRABALHARÃO JUNTAS NO DESENVOLVIMENTO DE VEÍCULOS
- MAN LA FINALMENTE LANÇA VW CONSTELLATION 30.330
- REDUÇÃO DE ACIDENTES EXIGE NOVO PARADIGMA
- PSA LANÇA MARCA DA DIVISÃO DE AFTERMARKET
- POLYPACK VÊ RETOMADA DOS NEGÓCIOS COM MAIOR PROCURA POR TESTES
- SCHUNK OFERECE PRODUTO QUE OTIMIZA O PROCESSO DE SET-UP DAS MÁQUINAS
- RETRAK INVESTE R\$ 5,2 MILHÕES EM EMPILHADEIRAS KION GROUP

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 04/10/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,233	3,233
<b>Euro</b>	3,214	3,214

**Fonte: BACEN**

## Governo apresenta a centrais proposta de Reforma da Previdência

04/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Presidente Michel Temer durante fórum econômico promovido pela revista "Exame" em São Paulo

O governo apresentará nesta terça (4) às centrais sindicais as linhas gerais da sua proposta de reforma da Previdência, numa tentativa de conseguir pelo menos o apoio dos sindicalistas à necessidade de mudar o sistema para evitar um colapso no futuro.

O ministro Eliseu Padilha, chefe da Casa Civil, foi encarregado pelo presidente Michel Temer de abrir o diálogo com os sindicatos. Na reunião desta terça, ele receberá um grupo de dirigentes liderado pelo deputado federal Paulinho da Força (SD-SP), que é presidente da Força Sindical.

A equipe de Temer sabe que não terá apoio total das centrais à reforma, mas acha necessário ouvir os sindicalistas e tentar convencê-los da necessidade de mudanças antes de mandar a proposta de reforma ao Congresso.

A proposta do governo estabelece uma idade mínima de 65 anos para os trabalhadores terem direito à aposentadoria, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos. O governo não deve apresentar o texto da proposta de emenda constitucional que enviará ao Congresso, alegando que alguns pontos da reforma ainda estão indefinidos, como a nova fórmula de cálculo das aposentadorias.

A primeira versão da fórmula exigiria 50 anos de contribuição para o trabalhador ter direito ao benefício integral, ideia que deverá enfrentar resistência das centrais.

Depois dos sindicatos, o governo pretende ouvir entidades ligadas ao setor previdenciário e líderes dos partidos aliados, e só então enviar a reforma para o Congresso.

A Casa Civil e a área econômica do governo querem que a proposta seja encaminhada antes do segundo turno das eleições, mas a ala política do governo prefere evitar riscos para os candidatos dos partidos que apoiam Temer.

Em setembro, o presidente prometeu enviar seu projeto ao Congresso antes do primeiro turno das eleições municipais, mas mudou de ideia após pressões dos aliados.

## **TRANSIÇÃO**

Além da idade mínima para aposentadoria aos 65 anos, a proposta de reforma em estudos no governo define que as novas regras terão de ser seguidas por homens com idade até 50 anos e mulheres e professores de até 45 anos.

Acima destas faixas etárias, haveria uma regra de transição. Nela, o trabalhador teria de cumprir um pedágio de 50% a ser calculado sobre o tempo que ele ainda precisaria trabalhar para ter direito à aposentadoria de acordo com as regras atuais. Ou seja, um trabalhador que precisasse trabalhar mais um ano para se aposentar teria que esperar mais seis meses.

## **Bancários decidem manter greve e paralisação entra no 29º dia**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR



A greve dos bancários continua, segundo decisão tomada em assembleia feita na noite de segunda-feira, 3, em São Paulo, informou o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Nesta terça-feira, 4, a paralisação completa 29 dias.

“Os trabalhadores, em assembleia realizada hoje (ontem), cobraram dos bancos uma proposta condizente aos seus altos lucros. Não vamos aceitar proposta rebaixada e queremos o fim das demissões”, disse Juvandia Moreira, presidente do sindicato.

De acordo com o sindicato, oito centros administrativos e 804 agências bancárias, localizadas nas cidades-base da associação, estão paradas. O sindicato estima que mais de 28 mil trabalhadores participam da paralisação, informa a Agência Brasil.

No País, são 13.245 agências e 29 centros administrativos paralisados por tempo indeterminado, o que corresponde 56% de adesão da categoria, segundo informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

### **Reivindicações**

Os trabalhadores dos bancos pedem reajuste salarial de 14,78%, dos quais 5% são de aumento real. A pauta inclui ainda participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 8.297,61; piso salarial de R\$ 3.940,24; vales alimentação e refeição, e auxílio-creche/babá no valor do salário mínimo nacional (R\$ 880).

Atualmente, os bancários têm um piso de R\$ 1.976,10 (R\$ 2.669,45 para os funcionários que trabalham no caixa ou tesouraria). Na última rodada de negociação, encerrada no dia 28 de setembro, os bancos fizeram uma proposta de novo modelo de acordo para a categoria, com validade de dois anos, em vez de um, como ocorreu nos últimos anos.

A última proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) foi, segundo os bancários, no dia 28 de setembro, quando foi proposto reajuste de 7% e um abono de R\$ 3,5 mil, com aumento real de 0,5% para 2017. A proposta patronal foi rejeitada pelo Comando Nacional dos Bancários.

### **Justiça nega pedido de prisão de presidente do Sindicato dos Bancários**

04/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

A Justiça do Trabalho negou o pedido de prisão da presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Suzineide Rodrigues, solicitado pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB/PE) na semana passada.

No despacho assinado neste domingo, 2, a juíza Mariana de Carvalho Milet indeferiu o pedido de prisão por considerar a medida "excepcional e extrema" a ser usada em último caso, o que não seria necessário desta vez, segundo o texto da decisão, porque "se trata da primeira vez em que este juízo é instado a se manifestar acerca do descumprimento da medida judicial em apreço".

A fonte do embate entre a OAB e o Sindicato é o pagamento de alvarás da Justiça - ordens de pagamento do Poder Judiciário em favor de uma pessoa física.

O recebimento de pensão alimentícia depositada em juízo, os valores resultantes de reclamações trabalhistas ou o resultado de discussões locatícias, por exemplo, são movimentados para os ganhadores da causa por meio de alvarás. Os advogados também ficam sem a sua remuneração, pois os honorários são um percentual cobrado, normalmente, em cima do recurso ganho judicialmente.

Foi determinado liminarmente, em decisão anterior do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que as agências deveriam funcionar por duas horas diárias durante a greve, com 30% dos funcionários em serviço e que fosse organizado um meio de pagamento dos alvarás.

A OAB/PE sustenta que a ordem não é cumprida pela categoria em greve, enquanto o sindicato argumenta que tem os 30% de pessoal exigidos por lei trabalhando normalmente e que a responsabilidade de organizar o atendimento é das instituições bancárias.

## **Esclarecimentos**

Em sua decisão a juíza também pede maiores esclarecimentos para definir se há, de fato, descumprimento de ordem judicial pelo Sindicato dos Bancários, pois considerou as provas apresentadas pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil insuficientes.

A OAB juntou ao pedido quatro reclamações de advogados que tentaram fazer o pagamento de alvarás em agências da Caixa e do Banco do Brasil entre 21 e 27 de setembro, sem sucesso.

Os relatos apresentados, segundo a decisão da Justiça do Trabalho, não são suficientes para comprovar a desobediência da liminar concedida anteriormente.

“Embora representem indícios de descumprimento, os documentos apresentados pelo autor não são robustos o suficiente para formar a convicção deste juízo, dada a diversidade de horários e de agências procuradas pelos advogados que formularam a notícia à ouvidoria da OAB”, informa a juíza.

A magistrada também questiona a afirmação da OAB-PE de que os alvarás de Justiça não estariam sendo pagos no BB e na Caixa.

“De outra ponta, por se tratar de ação de grande repercussão nas mídias, este juízo tem notícia de que o pagamento de alvarás está sendo garantido por algumas agências bancárias. Outrossim, existe notícia no sítio deste TRT no sentido de que a agência Aeroporto, da Caixa Econômica Federal, estaria em funcionamento para o cumprimento da liminar”.

Para fundamentar decisão posterior, a juíza Mariana de Carvalho Milet determina que um oficial de Justiça percorra as agências da CEF e do Banco do Brasil próximas aos principais fóruns da cidade do Recife, em horário de expediente bancário, para averiguar o modo de funcionamento dos estabelecimentos. Também foi solicitada a lista dos bancários sindicalizados e vinculados aos dois bancos.

Uma audiência de conciliação foi convocada para amanhã (4), às 13h, com a OAB/PE, o sindicato e representantes da Caixa e do BB para se tentar chegar a um consenso nessa questão.

Hoje à noite os bancários de Pernambuco fazem uma assembleia para reforçar o repúdio ao pedido da entidade representativa dos advogados, além de definir a agenda de atividades do movimento grevista para esta semana.

## **Greve dos bancários**

Os bancários estão em greve há quase um mês em todo o Brasil. Os trabalhadores pedem reajuste salarial de 14,78%, dos quais 5% são de aumento real. A pauta inclui ainda participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 8.297,61; piso salarial de R\$ 3.940,24; vales-alimentação e refeição, e auxílio-creche/babá no valor do salário-mínimo nacional (R\$ 880).

Atualmente, os bancários têm um piso de R\$ 1.976,10 (R\$ 2.669,45 para os funcionários que trabalham no caixa ou tesouraria). Na última rodada de negociação, encerrada no dia 28 de setembro, os bancos fizeram uma proposta de novo modelo de acordo para a categoria, com validade de dois anos, em vez de um, como ocorreu nos últimos anos.

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) propôs um reajuste de 7%, com abono de R\$ 3,5 mil este ano e, para 2017, 0,5% de aumento real. A proposta foi rejeitada pelo Comando Nacional dos Bancários.

## Sete metalúrgicas param produção em protesto por reajuste salarial

04/10/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC



Sete empresas da região ficaram paralisadas por três horas, ontem, em manifestações que envolveram 1.200 trabalhadores. O protesto faz parte das mobilizações que aconteceram na quinta-feira, em todo o território nacional, englobando 600 mil metalúrgicos.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o movimento só não aconteceu na semana passada porque havia muitos trabalhadores em licença remunerada.

As empresas afetadas foram a Mahle, de São Bernardo, a Belden, Isringhausen, Resil, Transtechnology, Termicom e Papaiz, de Diadema.

A manifestação tem dois motivos centrais. O primeiro é pressionar as empresas a elevar a proposta de aumento salarial que está sendo discutida. A categoria pede, no mínimo, a correção da inflação em 12 meses – que está em 9,62%.

O outro ponto é a manifestação da categoria contra a agenda do governo federal, que prevê mudanças nas leis trabalhistas.

“Tem muitas pautas do governo, como reforma na Previdência, mudanças na lei de terceirização e revogação de artigos da CLT, que trazem muita preocupação para o movimento sindical. Então somamos as manifestações”, afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques.

De acordo com Marques, os grupos de negociação das empresas estão com propostas baixas, e a que chegou mais perto do esperado pela categoria foi de 9% em duas vezes. “Não é uma boa proposta porque não repõe a inflação de forma integral, nem é feita a reposição em uma vez.”

Marques afirmou que, caso as propostas não avancem, existe possibilidade de greve geral a partir da próxima semana. Segundo o sindicalista, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT reuniu os 15 sindicatos da categoria e enviou um aviso de greve para todos os segmentos envolvidos na negociação.

São vários grupos de empresas que estão reivindicando: o dois, de máquinas, equipamentos e eletrodomésticos; o três, de autopeças e parafusos; o oito, de perfilação, siderúrgica e aço e empresas de telecomunicação e informática; o 10, de metalúrgicas em geral de pequeno porte; o grupo de estamperia; e o grupo de fundição.

### INTERNACIONAL

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que a partir de hoje acontece a segunda edição do congresso internacional Industry All, no Rio de Janeiro. O evento deve reunir 1.000 dirigentes sindicais de 140 países.

Marques afirma que o evento enfraquece as negociações durante esta semana. Ele destaca que o presidente da entidade internacional pode ser um representante da Mercedes-Benz.

## **CNI e SENAI anunciam a empresários novos investimentos e parcerias para promover inovação**

04/10/2016 – Fonte: CNI

Encontro de líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) marcou lançamento de parceria entre o SENAI e a gestora de fundos de investimentos Inseed, novo edital da Embrapii e novidades no Edital SENAI SESI de Inovação



"O foco é aproximar grandes empresas e pequenas empresas inovadoras" - Rafael Lucchesi

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) firmou, nesta sexta-feira (30), durante a reunião do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), uma parceria com a Inseed - gestora de fundos de investimento - para impulsionar o desenvolvimento de startups que participam do Edital SENAI SESI de Inovação.

O convênio facilitará o acesso de empresas de base tecnológica que desenvolverem projetos pelo Edital aos recursos da Inseed. Não há limites de startups ou valores de investimentos.

"O objetivo é estimular o crescimento dessas empresas, que são motores do desenvolvimento da inovação no país", afirmou o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi. "O acordo vai facilitar a seleção de empresas que receberão investimentos do fundo, que poderá investir em diversas startups", explicou Alexandre Alves, diretor da Inseed.

**DESAFIOS** - Na ocasião, Lucchesi também apresentou aos empresários uma das principais novidades do Edital SENAI SESI de inovação de 2016: agora, as empresas podem lançar desafios industriais para serem resolvidos por jovens empresas e startups, em parceria com os Institutos SENAI de Inovação.

"Investiremos R\$ 4 milhões no desenvolvimento dos projetos. As empresas se comprometem em dar contrapartida de igual valor disponibilizado pelo SENAI em cada projeto. O foco é aproximar grandes empresas e pequenas empresas inovadoras", explicou. O valor mínimo é de R\$ 75 mil por desafio.

A agência de inovação sueca Vinnova é uma das empresas que submeteu propostas - lançou desafios voltados para a aeronáutica, com R\$ 2 milhões em recursos.

**EMBRAPII** - A reunião da MEI também foi palco para o lançamento de nova Chamada Pública para selecionar cinco novas unidades credenciadas para receber recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). O anúncio foi feito pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab.

A chamada focará no desenvolvimento de projetos em oito setores, resultado de demandas da indústria por financiamento: robótica, mecatrônica e manufatura avançada; química; química verde; materiais e minerais estratégicos; energia renovável; biotecnologia, biomassa e biodiversidade; tecnologia de alimentos; e

biofármacos e fármacos. As instituições candidatas devem apresentar planos de ação de até R\$ 20 milhões em investimentos.

## **Artigo: Tendências antiglobalização mostram que Brasil tem de mirar o seu mercado**

04/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Forças protecionistas emergem em várias regiões do mundo contra a globalização. Na Europa, o primeiro grande movimento culminou com a decisão que aprovou, em referendo, a saída do Reino Unido da União Europeia. O "brexit", como ficou conhecida a decisão de 23 de junho, foi até agora a principal manifestação popular desglobalizante, mas outras declarações e outros fatos apontam para a mesma direção.

Na França, a ascensão dos ultraconservadores da Frente Nacional, partido comandado por Marine Le Pen, representa uma clara opção por ideias protecionistas e, naturalmente, contra a globalização.

Na Alemanha, a chanceler Angela Merkel teve de recuar de sua política humanitária de abertura de fronteiras para milhares de refugiados que chegam à Europa.

O mais emblemático de todos os movimentos antiglobalização se dá, sem dúvida, nos Estados Unidos. Às vésperas das eleições presidenciais, continua com chances de vitória o candidato republicano, Donald Trump.

Mesmo contra a opinião de parcela importante do partido, ele conseguiu no voto popular a indicação para concorrer contra a democrata Hillary Clinton em 8 de novembro. E Trump obteve êxito com um discurso marcadamente contra a imigração e os acordos internacionais de comércio. Propôs, inclusive, a construção de um muro para separar os EUA do México.

Por vontade política ou por razões econômicas, o movimento globalizante perdeu força a partir da grande crise econômica mundial de 2008. Os fluxos de comércio globais, que cresceram vigorosamente nas décadas anteriores, caíram após a crise mundial e estão praticamente estagnados. O mesmo ocorre com os fluxos de capitais.

Diante das dificuldades impostas pela crise, as grandes economias mundiais criaram inúmeras medidas para proteger seus mercados até 2009, mais de 2.000, de acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC). Com a retomada de crescimento econômico moderado, algumas dessas barreiras foram eliminadas, mas a maioria permanece até hoje.

Caso Trump seja eleito presidente nos Estados Unidos e cumpra suas promessas, novas barreiras serão impostas contra a China, o México e outros países da América Latina.

A convicção dos economistas é de que a tendência antiglobalizante não deve prevalecer no longo prazo, num mundo cada vez mais conectado por transportes e comunicações.



Está claro, porém, que não se pode apostar muito na expansão comercial global no curto e médio prazos para recuperar a economia brasileira. Segundo a OMC, o comércio mundial enfrenta forte desaceleração: deve crescer apenas 1,7% neste ano, abaixo da taxa de expansão do PIB mundial, de 3%. Mais do que nunca, ante essa tendência, é preciso olhar com atenção para o enorme mercado interno brasileiro.

A moral da história é que, para superar sua crise atual, o Brasil terá que, o mais rapidamente possível, pensar em medidas para estimular o consumo interno. E o incentivo ao crédito e a redução de taxa de juro são ingredientes obrigatórios nessa receita.

As medidas para equilibrar contas públicas, como a PEC 241, que limita o aumento dos gastos públicos, são necessárias. Mesmo que bem-sucedidas, porém, elas não colocarão o país automaticamente de volta à rota do crescimento, especialmente num momento em que há graves ameaças à globalização, em geral, e ao comércio internacional, em particular.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

### **Cresce o número de novas empresas**

04/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O número de empresas criadas no país entre janeiro e julho deste ano foi de 1.199.373, o maior para o período desde 2010, segundo indicador da empresa de consultoria Serasa Experian.

O número é 1,8% superior aos sete primeiros meses de 2015. Em julho, foram criadas 178.633 novas empresas, 4,7% menos que o apurado em julho de 2015.

De acordo com os economistas da Serasa, o aumento de novas empresas pode ser explicado pelo empreendedorismo de necessidade, ou seja, pela escassez de vagas no mercado formal de trabalho.

### **Paraná aparece em 4º nas demissões**

04/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

Geograficamente, o estado que mais enxugou o quadro de funcionários no varejo em 2015 foi São Paulo, que deixou de empregar 61.524 mil pessoas no setor (-2,7%). Proporcionalmente, foi o Amapá, que cortou -5,9%, que correspondem a -1.413 vagas.

O Paraná aparece no ranking como o quarto estado com maior déficit de contratações e demissões no ano passado. Foram 16.036 vagas perdidas, segundo o Ministério do Trabalho.

Apenas seis estados contratam mais do que demitiram: Ceará, Tocantins, Amazonas, Roraima, Maranhão e Piauí.

O varejo é segundo maior empregador do País entre os 25 principais subsectores econômicos.

A CNC ressalta que a queda no número de pessoas ocupadas coincide com o pior ano nas vendas do varejo. Em 2015, o faturamento real do setor apresentou a maior retração em 15 anos, -8,6% em relação a 2014.

## Produção da indústria tem a maior queda desde janeiro de 2012

04/10/2016 – Fonte: G1



Depois de cinco meses seguidos de resultados positivos, a produção da indústria brasileira recuou 3,8% em agosto em comparação com o mês anterior. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa foi a maior queda desde janeiro de 2012, considerando essa base de comparação.

Em relação a um ano atrás, a atividade fabril recuou 5,2% em agosto e registrou a baixa menos intensa desde junho de 2015. No ano, de janeiro a agosto, a indústria acumula queda de 8,2% e, em 12 meses, de 9,3%. No caso da taxa anual, o ritmo de perda teve uma queda ligeira, já que em junho foi de -9,8% e em julho de -9,6%.

"O setor industrial, em agosto de 2016, volta a mostrar um quadro de menor ritmo produtivo, com perfil disseminado de taxas negativas. Com o resultado desse mês, o total da indústria encontra-se 21,3% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013", disse o IBGE nesta terça-feira (4) por meio de nota.

### Setores na comparação mensal

Na passagem de julho para agosto, houve queda da produção em três das quatro grandes categorias econômicas e em 21 dos 24 ramos pesquisados.

As principais influências negativas, segundo o [IBGE](#), foram nos produtos alimentícios (-8%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-10,4%).

Outras contribuições negativas importantes vieram de indústrias extrativas (-1,8%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,9%), de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-2,8%), de produtos de minerais não-metálicos (-5,1%), de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-6,9%), de metalurgia (-1,7%), de máquinas e equipamentos (-1,6%) e de produtos de borracha e de material plástico (-1,9%).

Por outro lado, produtos farmacêuticos e farmoquímicos tiveram alta na produção de 8,3%. Entre as grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis (-9,3%) e bens intermediários (-4,3%) mostraram as reduções mais acentuadas em agosto.

### Acumulado do ano

De janeiro a agosto, a queda atingiu as quatro grandes categorias econômicas, 22 dos 26 ramos, 64 dos 79 grupos e 72,4% dos 805 produtos pesquisados. As atividades que exerceram a maior influência negativa foram indústrias extrativas (-13,1%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-18,8%), pressionadas, em grande parte, pelos itens minérios de ferro, na primeira; e automóveis, caminhões e autopeças, na segunda.

Entre as quatro atividades que ampliaram a produção nos oito meses de 2016, a principal influência foi observada em produtos alimentícios (1,7%), impulsionada, em grande parte, pelo avanço na fabricação de açúcar cristal e VHP.

Entre as grandes categorias econômicas, o menor dinamismo foi em bens de consumo duráveis (-20,2%) e bens de capital (-15,9%), pressionados especialmente pela

redução na fabricação de automóveis (-20,7%) e de eletrodomésticos (-20,1%), no primeiro; e de bens de capital para equipamentos de transporte (-16,5%), no segundo.

### **23 dias úteis**

Na comparação com agosto de 2015, o resultado negativo atingiu três das quatro grandes categorias econômicas e 18 dos 26 ramos. O IBGE lembrou que agosto de 2016 teve 23 dias úteis, dois a mais do que em agosto de 2015.

Entre as atividades, indústrias extrativas (-11,7%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-12,5%) exerceram as maiores influências negativas pressionadas, em grande parte, pelos itens minérios de ferro, na primeira; e óleos combustíveis, óleo diesel, álcool etílico e naftas para petroquímica, na última.

Bens de consumo duráveis (-12,4%) e bens intermediários (-6,9%) assinalaram as reduções mais acentuadas entre as grandes categorias econômicas.

## **Indústria do Brasil reduz produção e funcionários, mostra PMI**

04/10/2016 – Fonte: G1

***Setor diminuiu número de funcionários pela fraqueza externa e interna. Índice ficou pelo 20º mês abaixo da marca entre crescimento e contração.***



A indústria brasileira reduziu a produção e o número de funcionários em setembro diante da fraqueza tanto do mercado externo quanto interno, e a contração do setor se prolongou ainda mais, mostrou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta segunda-feira (3).

O Markit informou que seu PMI sobre a indústria do Brasil subiu ligeiramente a 46,0 em setembro contra 45,7 em agosto, porém permaneceu pelo 20º mês seguido abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração.

"Essa fraqueza generalizada tem sido um tema usual há cerca de um ano e meio e há pouco que sugira qualquer mudança iminente na direção para o setor", afirmou em nota a economista do Markit Pollyanna De Lima.

A produção caiu no mês passado pelo ritmo mais forte em três meses e de forma generalizada nos três grupos de mercado monitorados, destacadamente no de bens de consumo.

Em meio à instabilidade da economia, o nível de novos negócios sofreu nova queda, com os entrevistados citando ainda a fraqueza da demanda e restrições de crédito. Diante da concorrência acirrada nos mercados globais, o volume de novos negócios provenientes do exterior diminuiu pela taxa mais acentuada desde maio de 2009, de acordo com o Markit.

As indústrias continuaram buscando reduzir custos e com isso diminuíram mais uma vez o número de funcionários. O nível de empregos diminuiu em todos os três subsetores, sendo o mais afetado o de bens de capital.

Sobre os custos, os preços de insumos subiram mais uma vez com os entrevistados citando a desvalorização do real, e as indústrias voltaram a aumentar os preços de seus produtos.

A produção industrial brasileira surpreendeu e iniciou o terceiro trimestre com alta de 0,1% sobre o mês anterior, o quinto resultado positivo seguido, porém, o mais fraco desse período. O [IBGE](#) divulga na terça-feira (4) os números de agosto.

## **Receita Federal busca recuperar R\$ 14,25 bi em compensações indevidas de empresas**

04/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

### **Auditoria envolve R\$ 32,8 bilhões de débitos suspeitos**



A Receita Federal lançou nesta segunda-feira (3) uma operação para recuperar tributos compensados ou suspensos indevidamente e que não vêm sendo recolhidos aos cofres da União.

O Fisco vai auditar as declarações de compensação de 796 contribuintes, com valor total de débitos compensados de R\$ 32,8 bilhões. A expectativa é recuperar, pelo menos, R\$ 14,25 bilhões.

A explosão no uso dos créditos tributários entrou no radar da Receita a partir de janeiro. Entre janeiro e agosto deste ano, o aumento nas compensações — a maioria de grandes empresas — já é de 39%, na comparação com o ano passado.

Ao anunciar o resultado da arrecadação de agosto, a Receita mostrou que houve aumento de 80% na utilização pelos contribuintes de créditos tributários para quitar dívidas com a órgão.

Os créditos tributários são valores devidos pelo governo aos contribuintes, seja por direito já adquirido por terem efetuado pagamentos a valor maior, ou por terem sido beneficiados por alguma sentença judicial.

Só que, no momento de pagar seus tributos, é o próprio contribuinte que informa as compensações que vão abater sobre a dívida. A verificação pelo Fisco ocorre depois, quando o crédito já foi utilizado.

Em agosto do ano passado, as empresas usaram R\$ 3,98 bilhões em créditos tributários. Em agosto de 2016, o número quase dobrou e chegou a R\$ 7,15 bilhões. Na prática, isso significa que o pagamento de muitos débitos não envolveu o ingresso de dinheiro, por isso o impacto negativo na arrecadação.

### **Grupo de "alto risco"**

Segundo a Receita Federal, chegou-se a esse grupo de "alto risco", composto com 796, contribuintes, ao cruzar as declarações de compensação com notas fiscais para verificar que aquele crédito tem sustentação. Se não houver o suporte jurídico ou contábil, o Fisco classificou como "elevado grau de risco".

"A compensação preocupou muito a Receita e é um dos fatores extra-econômicos que tem impactado a receita. Nós verificamos uma perigosa tendência de alta nas compensações, por isso a necessidade de uma operação nacional. E a nossa desconfiança é que as empresas estão fazendo isso dolosamente", disse o subsecretário de Arrecadação da Receita, Carlos Roberto Occaso.

A Receita distribuiu os casos suspeitos para os auditores fiscais, que vão até as companhias para abrir a fiscalização. Não confirmada a necessidade de compensação dos tributos, será lavrado um despacho mandando pagar o imposto devido à Receita.

O contribuinte pode contestar administrativamente e na Justiça. Por isso, uma parte desse crédito entrar para os cofres público a médio prazo. O prazo de conclusão da operação é até o final deste ano.

Segundo Occaso, a expectativa é recuperar um terço das compensações analisadas. Sobre os débitos compensados indevidamente será lançada uma multa de 50%, sobre os valores indevidos. Por isso, a estimativa é de arrecadar pelo menos R\$ 14,25 bilhões. Se a Receita constatar fraude no crédito, a multa é de 150% e o caso será encaminhado ao Ministério Público, que vai decidir denuncia o contribuinte à Justiça.

### **Arrecadação com repatriação deve superar R\$ 25 bilhões**

O secretário-adjunto da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, afirmou nesta segunda-feira (3) que a arrecadação com o programa de repatriação de recursos no exterior não declarados no Brasil deve superar os R\$ 25 bilhões previstos pelo governo.

O prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) começou em abril e termina no dia 31 de outubro. A lei permite a regularização de recursos, bens ou direitos remetidos ou mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no país, que não tenham sido declarados ou que tenham sido declarados incorretamente.

"A quantidade de adesões vai superar as previsões divulgadas pela mídia. Como nós sabemos, muita gente deixa para regularizar recursos na última semana", comentou Cardoso, em entrevista coletiva antes de participar de evento sobre a regularização, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O secretário afirmou que, a depender das mudanças que o Congresso Nacional faça na lei de repatriação, o nível de adesão pode ficar comprometido. "Mas acreditamos que mesmo com essas discussões os contribuintes conscientes vão aderir porque a lei é muito benéfica para aqueles que cometeram alguma irregularidade no passado e podem ter anistia plena agora", afirmou.

Cardoso não quis comentar as mudanças que parlamentares estão discutindo, como estender a anistia para políticos, seus familiares e condenados com ações criminais transitadas em julgado. "Isso não tem relação com a questão tributária, mas é de direito penal."

### **Confiança do micro e pequeno empresário cai 8,3% em setembro, diz CNDL**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador de Confiança da Micro e Pequena Empresa de Varejo e Serviços (ICMPE), calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), teve redução de 8,3% em setembro na comparação com agosto, registrando 46 pontos. Foi a primeira queda depois de quatro meses de alta.

De acordo com o presidente da CNDL, Honório Pinheiro, o resultado reflete o clima de incerteza frente ao cenário político e econômico do País. O dado do último mês, abaixo do nível neutro (50), evidencia uma percepção negativa do ambiente de negócios, apesar de melhor do que a verificada há um ano – de 37,6 pontos.

Para Pinheiro, diminuir obstáculos da atividade produtiva, como a rigidez da lei trabalhista brasileira e a complexidade do sistema tributário, é necessário para aquecer a economia nacional. “Além da agenda do ajuste fiscal, o governo precisa liderar uma pauta de medidas que favoreça o empreendedorismo”, disse, em nota.

O Indicador de Confiança do Micro e Pequeno Empresário (ICMPE) leva em consideração 800 empreendimentos do setor comércio varejista e serviços com até 49 funcionários, nas 27 unidades da federação, incluindo capitais e interior. A escala do indicador varia de 0 a 100.

### **Susep publica alteração no Seguro Auto Popular que permite uso de peças genéricas**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) alterou regra para operação do Seguro Popular de Automóvel para esclarecer que a permissão do uso de peças oriundas de desmontagem não afasta a possibilidade de utilização de peças de reposição adequadas e novas.

A resolução, antecipada pelo Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), foi aprovada semana passada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e formalizada nesta segunda-feira, 3, no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com a norma, “a permissão do uso de peças oriundas de desmontagem não afasta a possibilidade de utilização de peças de reposição novas e que apresentem as mesmas especificações técnicas do fabricante, asseguradas ao destinatário informações claras, suficientes e destacadas acerca da procedência e da adequação do produto”.

O texto ainda destaca que “a sociedade seguradora somente poderá utilizar peças de reposição não originais após autorização específica do segurado no momento da contratação”.

Segundo o governo, a mudança vai possibilitar que o produto seja mais customizado para pessoas que ainda não possuem proteção para os seus veículos por causa de preço. Um dos principais entraves do Seguro Auto Popular era o fato de o normativo não autorizar o uso de peças alternativas no conserto de veículos.

O setor defendia que a mudança era necessária uma vez que a demanda por peças não poderia ser suprida apenas por peças originais.

### **Escalada da dívida de empresas vira mina de ouro para bancos e consultorias**

04/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A crise da dívida brasileira vai muito além daquela devida por estados e União: empresas e famílias estão afundadas em débitos caros e difíceis de honrar com a renda desidratada pela recessão. A gravidade da situação, porém, impulsiona segmentos que salivam justamente sobre créditos inadimplentes.

Negócios como o de reestruturação de grandes dívidas corporativas, aquisição de carteiras de “crédito podre” e recuperação de contas em atraso estão tendo o ano mais movimentado dessa indústria.

Existem hoje, no Brasil, R\$ 403,5 bilhões em créditos bancários renegociados ou reestruturados – quando há mudanças nas condições de financiamento devido a dificuldades enfrentadas pelo devedor –, 82% mais do que em março de 2014, segundo números do Banco Central (BC). Considerando-se apenas as empresas, o valor subiu 85% no período, para R\$ 176,56 bilhões.

Não há dados consolidados sobre o mercado de assessorias para reestruturação corporativa, mas os casos de 20 grandes empresas que anunciaram ou concluíram este ano processos de reestruturação ou recuperação judicial mostram como a demanda está aquecida. O débito em jogo nessas empresas é de R\$ 144,7 bilhões.

Parte relevante é formada por títulos de dívida (debêntures e bonds emitidos no exterior), que não entram nas contas do BC. São casos de destaque como os de Oi – que passa pela maior recuperação judicial já feita no país, com dívida de R\$ 64,5 bilhões – e Sete Brasil, mas também de firmas menores, como a Log-In, de logística que repactuou R\$ 481 milhões, e Usina Coruripe, de açúcar e álcool, que reestruturou R\$ 1,9 bilhão.

“A crise se instalou em velocidade tão grande que a geração de caixa praticamente sumiu antes de as empresas conseguirem fazer ajustes. Sem poder pagar as dívidas, as empresas estão tendo que fazer reestruturações”, afirmou Renato Franco, sócio da Íntegra, uma das pioneiras desse segmento no país, tendo reestruturado a Parmalat em 2006.

O banco Brasil Plural estima que de 60% a 70% das companhias abertas não geram caixa suficiente para pagar sequer os juros de suas dívidas.

A reestruturação envolve um diagnóstico da situação financeira da empresa que leva a uma renegociação com bancos e credores, em busca de alongamento e carência. Caso não dê certo, o caminho é partir para recuperações extrajudiciais ou judiciais.

“Embora já haja alguma expectativa de reação econômica, isso ainda não chegou aos balanços das empresas. O que houve foi uma estabilização em um ponto muito baixo. Os juros continuam altos, o custo das empresas está entre 18% a 20% ao ano. Isso gera destruição de geração de caixa e vai demorar para melhorar”, disse Ricardo Carvalho, chefe de Ratings Corporativos da Fitch.

Bancos independentes e consultorias estrangeiros como Moelis, PJT, Rothschild e FTI Consulting vêm explorando com mais força esses serviços no Brasil, sobretudo quando bonds integram as dívidas. Estima-se que só a Moelis – que assumiu casos como Oi, Coruripe, Log-In e Tonon – já atuou na recuperação de mais de US\$ 20 bilhões desde que chegou ao Brasil, em 2014.

### ***Novos players***

Mas a crise da dívida tem chamado a atenção de bancos que não atuavam no segmento. São instituições que viram encolher suas receitas com assessoria de fusões e aquisições – cujo número de transações caiu 28% no primeiro semestre, segundo a PwC – justamente por causa da crise e buscam recuperá-las por meio desse segmento. O americano JP Morgan é um dos novos entrantes, assessorando a Samarco na reestruturação de dívida líquida de R\$ 13,1 bilhões.

O Brasil Plural investe no segmento: criou a área de special situations há três anos e tratou de 15 casos que somam dívida bruta de R\$ 25 bilhões.

“Não somos um banco de crédito. Não temos qualquer conflito de interesse para fazer reestruturações, já que não somos credores das empresas”, afirmou o sócio Warley Pimentel, que atua como presidente do Grupo Colombo, rede de vestuário masculino que contratou o banco para reestruturar dívida de R\$ 1,5 bilhão. Hoje, o segmento é bastante relevante para o banco.

O Brasil Plural quer aumentar a equipe especializada nessa área de 12 para 18 funcionários este ano; no futuro próximo, o objetivo é dobrar o número. Em cada reestruturação, o banco contrata especialistas externos, como advogados e consultores.

Os bancos credores se prepararam para fazer frente à deterioração das finanças corporativas, tornando improvável um abalo ao sistema, segundo Alcir Freitas, analista da agência Moody's. Segundo a agência, nos bancos privados, as provisões contra calotes equivalem a 180% dos créditos problemáticos, contra 150% em 2013.

### **Receita extra**

Os bancos têm sido mais atuantes na venda dos chamados "créditos podres", carteiras em atraso cuja chance de recuperação é considerada cara por ser mais improvável. Além disso, é uma forma de gerar receita extra num momento de menor concessão de crédito.

Os sócios da KPMG Brasil Fernando Omori e Fábio Barbosa estimam que o volume vendido pode chegar a até R\$ 30 bilhões este ano, 15% mais que os R\$ 26 bilhões do ano passado. No começo da década, o mercado era de R\$ 6 bilhões; o potencial é de atingir R\$ 50 bilhões em 2020, disse Alexandre Nobre, da RCB Investimentos, que compra e recupera carteiras.

"O crescimento vai depender de os bancos adotarem uma estratégia de colocar ao menos 25% ou 30% de sua carteira no mercado", afirmou Nobre.

Firmas como a RCB pagam entre 2% e 5% do valor de face dos créditos podres.

"O mercado está mais movimentado, estamos crescendo 26% ao ano. Mas, por causa da crise, ficou muito mais difícil recuperar o crédito.

Não existe mais devedor que não paga porque não quer. Isso é 1%. As pessoas não estão conseguindo pagar", contou Rodrigo Carvalho, diretor de Operações da Paschoalotto, que presta serviço de recuperação de crédito aos principais bancos e tem a Gávea Investimentos entre os sócios.

A crise da dívida corporativa está levando à ampliação do sofisticado mercado de fundos de investimentos cuja rentabilidade está ligada a recebíveis inadimplentes.

O patrimônio dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) com foco em crédito inadimplente saltou 136% em dois anos, para R\$ 4,4 bilhões, segundo levantamento da consultoria Uqbar. Os maiores gestores são o Banco Merrill Lynch (patrimônio de R\$ 1,74 bi) e a Península (R\$ 513 milhões).

"O segmento cresce tão fortemente que vem levantando a indústria de FIDCs como um todo", disse Carlos Augusto Lopes, sócio da Uqbar.

## **Em meio à crise, varejo demite jovens e contrata funcionários mais maduros**

04/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em meio à crise nas vendas, o comércio varejista apostou na dispensa de trabalhadores jovens e contratação de funcionários mais maduros, segundo um levantamento feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).



Em 2015, o número de trabalhadores ocupados no varejo recuou pela primeira vez desde 1992. Ao final do ano passado, 7,92 milhões de pessoas trabalhavam no setor em todo o país, uma queda de 2,1% em relação ao ano anterior, o equivalente a 171.969 vagas a menos. Os dados foram compilados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Do total de vagas cortadas no varejo, 91,6% ocorreram entre trabalhadores com até 24 anos de idade, o que significa que 157,6 mil jovens perderam seus empregos. Ao mesmo tempo, a despeito da redução nas vendas, foram geradas 27,8 mil vagas no comércio varejista para trabalhadores com 50 anos ou mais de idade.

Quanto à remuneração média, os cortes atingiram mais as faixas de renda mais altas: entre 5 e 10 salários mínimos (-9,5% ante 2014), de 10 a 20 salários mínimos (-10,3%) e acima de 20 salários mínimos (-7,4%). Em 2015, 89,7% dos comerciários recebiam rendimentos mensais entre 1,01 e 3,00 salários mínimos, o maior percentual nessa faixa em 13 anos de levantamentos.

### ***Escolaridade***

As demissões atingiram, majoritariamente, os trabalhadores com escolaridade mais baixa. Os empregados que não completaram o ensino médio responderam por 99,5% do fechamento de vagas no varejo em 2015, o equivalente a 170,9 mil dispensados.

Entre as dez profissões com maior participação na força de trabalho do varejo, a que mais cortou empregados foi a de auxiliar administrativo, com redução de 7,1% no número de vagas (-45,8 mil postos).

Os vendedores, categoria profissional responsável por 33,9% da força de trabalho do varejo, perderam 33,8 mil vagas em 2015.

O varejo é segundo maior empregador do país entre os 25 principais subsectores econômicos. A CNC ressalta que a queda no número de pessoas ocupadas coincide com o pior ano nas vendas do varejo.

Em 2015, o faturamento real do setor apresentou a maior retração em 15 anos, -8,6% em relação a 2014, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **FGTS paga bem à Caixa e mal aos trabalhadores**

04/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Imagine que você tem um dinheiro guardado e é obrigado a repassá-lo a uma instituição bancária para que faça a gestão da quantia. Você e todos os trabalhadores do lugar onde vive. Esse banco cobra uma taxa de 1% sobre o montante geral para fazer a administração do fundo, embora o rendimento individual dos poupadores não seja tão alto.

No fim do ano, como o grupo de correntistas é grande, o banco acumulou um ganho que representa 35% do total das receitas dos trabalhadores. Parece muito? É isto que a Caixa Econômica Federal lucrou, em média, nos últimos quatro anos com a gestão exclusiva do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Somente em 2015, a Caixa embolsou R\$ 4,3 bilhões com a cobrança da administração do FGTS. Para efeitos de comparação, o montante representa 26,2% do total recebido como rendimento pelos trabalhadores, que alcançou R\$ 16,4 bilhões em 2015. Em anos anteriores, como em 2013, os lucros do banco federal chegaram a representar pouco mais de 40% dos ganhos dos trabalhadores.

A taxa cobrada pela Caixa (1%) é proporcionalmente alta, considerando o capital do FGTS que no fim do ano passado alcançou a cifra de R\$ 457,6 bilhões. No mercado, a prática da cobrança administrativa funciona da seguinte forma: quanto maior o investimento e o ativo, menor é a taxa estipulada pelo gestor do investimento.

“O custo da Caixa é muito alto, ainda mais com o ativo monstruoso do FGTS. Qualquer fundo cobraria muito menos para gerir um montante desse tamanho. Acredito que uma taxa de 0,5% estaria bom”, afirma Mario Avelino, presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador.

Do outro lado, o dinheiro depositado mensalmente pelas empresas na conta dos trabalhadores com carteira assinada rende pouco, 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR).

O retorno é basicamente a metade do oferecido pela poupança, de 6% + TR. Nos últimos quatro anos, a única vez que a poupança dos trabalhadores rendeu mais do que 4% foi em 2015. Em todos os demais, os ganhos estiveram apenas pouco acima dos 3%.

A rentabilidade dos trabalhadores fica ainda mais modesta se for considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que estava em 9,62% nos últimos 12 meses encerrados em agosto. O índice mede o custo de vida das famílias que recebem até cinco salários mínimos, fatia em que se encontra boa parte dos assalariados.

O Instituto Fundo Devido ao Trabalhador calcula que, nos últimos 14 anos, o lucro líquido do FGTS teve crescimento de 938%, enquanto o rendimento que vai para a conta dos trabalhadores subiu neste período apenas 90%.

Desde o início dos anos 90, o banco federal é o único administrador do dinheiro depositado mensalmente em nome de todos os trabalhadores com carteira assinada.

Antes disso a gestão era descentralizada. No fim de 2015, eram mais de 235 milhões de contas ativas nas mãos da Caixa. O lucro do fundo no ano passado foi de 13,3 bilhões.

### ***Bancos privados querem tomar da Caixa a gestão do fundo***

A gestão do FGTS despertou o apetite dos bancos privados, que começaram a se movimentar para defender o fim do monopólio da Caixa. A principal bandeira é a promessa de mais rentabilidade para os trabalhadores, alcançando o índice de 10% anuais.

Apesar de não comentar o tema oficialmente, a Caixa já está preparando o discurso de que eventuais mudanças podem resultar em “desequilíbrios econômicos” como crédito mais caro para a casa própria, a redução de recursos para habitação popular e saneamento básico e do aumento do custo do crédito de longo prazo para infraestrutura.

As instituições privadas reclamam que o FGTS representa uma enorme fonte de dinheiro com baixíssimo custo para a Caixa, o que distorceria o funcionamento do mercado bancário.

Isso aconteceria porque o fundo representa uma parcela relevante do chamado "funding" do banco estatal. Para efeito de comparação: o FGTS já representa 70% do total depositado nas cadernetas de poupança no País.

Outro argumento pela mudança no FGTS também se apoia em operações recentes que geraram prejuízo ao trabalhador, como o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) que alocou parte do dinheiro em empresas envolvidas em casos de corrupção como a Sete Brasil e a Odebrecht.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e consultora em financiamento habitacional, Cláudia Magalhães Eloy, diz que a mudança do sistema poderia ajudar a aumentar a oferta de crédito imobiliário no longo prazo, mas é preciso ter cautela para não haver distorção do papel do fundo.

"Há potencial positivo para o crédito, mas, ao mesmo tempo, é preciso lembrar que os privados têm dificuldade em alocar recursos da poupança no crédito imobiliário e muitas vezes optam pelas operações mais rentáveis. Além disso, com apenas cinco grandes a concorrência entre bancos não é grande". (TBV)

## FUNDO COBIÇADO

O FGTS rende bilhões para a Caixa anualmente e remunera pouco os trabalhadores.

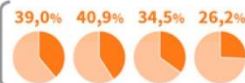
\*Taxa de 1% + ressarcimento de despesas administrativas

### FUNDO COBIÇADO

O FGTS rende bilhões para a Caixa anualmente e remunera pouco os trabalhadores.

		2012	2013	2014	2015
FGTS	Saldo (R\$ bi)	265	295,4	328,8	363,2
	Lucro líquido (R\$ bi)	14,3	9,2	12,9	13,3
Quanto a Caixa ganhou com a gestão do fundo	Lucro total* (R\$ bi)	3,2	3,6	4,1	4,3
Quanto os trabalhadores tiveram de rendimento	Rendimento** (R\$ bi)	8,2	8,8	11,9	16,4
Custo da gestão do FGTS x ganhos dos trabalhadores		39,0%	40,9%	34,5%	26,2%

Quanto o lucro da Caixa representa em comparação ao rendimento dos trabalhadores



\*Taxa de 1% + ressarcimento de despesas administrativas

\*\*3% ao ano + TR

Fonte: Caixa e Instituto Fundo Devido ao Trabalhador. Infografia: Gazeta do Povo.

## BNDES dará estímulo para energias renováveis

04/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou novas condições de financiamento do setor de energia elétrica, que priorizam o estímulo a energias alternativas, como a solar.

Projetos de fontes renováveis serão beneficiados com acesso ao crédito a baixo custo. Em comunicado, o banco informa que a ideia é direcionar investimentos em TJLP para projetos com alto retorno social e ambiental.

Dentro dessa estratégia, o BNDES decidiu aumentar a participação no financiamento à geração de energia solar (de 70% para até 80%). Para projetos de eficiência

energética, a participação continua sendo de 80%. Para usinas eólicas, a biomassa, de cogeração e pequenas centrais hidrelétricas, a participação é de 70%.

Já investimentos em térmicas a carvão e óleo combustíveis, mais poluentes, não serão apoiados. E o limite de participação em grandes hidrelétricas passou de 70% para 50%.

O banco ainda vai subscrever até 50% do valor das debêntures a serem emitidas pela empresa tomadora do crédito. O valor total do apoio do BNDES, incluindo o financiamento e as debêntures, não poderá ser superior a 80% do valor total dos itens financiáveis. O spread será de 1,5% para todos os segmentos e não haverá a concessão de empréstimos-ponte.

No segmento de distribuição de energia, a participação do banco foi mantida em até 50%, com redução da parcela em TJLP de 70% para 50%. Para projetos de leilões de transmissão de energia elétrica, o banco garante financiamento a custo de mercado (em vez de TJLP), com prazo mais longo e participação até 80% no financiamento total.

“Essa proposta abre espaço para a emissão de debêntures de infraestrutura, cujos prazos de financiamento são de cerca de 10 anos. Nesse sentido, para estimular a emissão de debêntures, o valor do crédito do BNDES será calculado pelo índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo de 2,0, sendo que o limite de endividamento global (BNDES + outros credores) será dado pelo ICSD mínimo de 1,5”, informou o banco.

## **Investidores querem fiscalização mais rígida da Anbima e CVM**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Em meio ao crescente número de pedidos de indenizações contra gestores, administradores e custodiantes de fundos de investimentos, o papel da Anbima e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem sido questionado pelos investidores. Eles querem que ambos façam uma fiscalização mais adequada para impedir que fraudes ou negligência sejam causa das perdas dos fundos.

A Anbima é uma associação do setor que reúne esses prestadores de serviços e também faz a autorregulação do mercado de fundos. Ter o selo Anbima é um reconhecimento da credibilidade de um fundo e de seus prestadores de serviços.

“Quando aplicamos no Silverado, os custodiantes e administradores tinham selo Anbima. Pressupomos que estávamos seguros”, diz um gestor de recursos que investiu no fundo de crédito, que é hoje acusado de fraude. “Somos investidores qualificados e sabemos o risco de perder com as oscilações de mercado, mas não temos como nos prevenir de fraudes.”

O superintendente de supervisão da Anbima, Guilherme Bederet, diz que a associação está cumprindo o seu papel e que muitos processos abertos internamente evitaram perdas em outros fundos de investimento.

A fiscalização da Anbima acompanha notícias de jornais e também tem um sistema próprio de acompanhamento das carteiras para tentar apurar irregularidades. Cada vez que um caso é aberto, funciona como um processo administrativo em que gestores, administradores e custodiantes podem se defender.

Na maior parte dos casos, se chega a um acordo em que a instituição se compromete a corrigir seus procedimentos e a pagar uma contribuição para a associação, que pode chegar a R\$ 3,5 milhões. A Anbima, no entanto, não forneceu um número consolidado de casos julgados.

Já a CVM diz que realiza análise e apuração de fatos a partir de denúncias, reclamações, representações ou solicitações do público. "Neste aspecto, 100% dos casos que chegam à autarquia são apreciados e apurados pelas áreas competentes", diz a CVM, em nota.

"Além disso, informações sobre fundos de investimento são públicas, favorecendo que todo cidadão exerça sua própria supervisão e recorra à CVM sempre que entender necessário ou útil."

## **Brasileiro conhece pelo menos seis desempregados**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Cada brasileiro tem contato hoje com mais de seis pessoas que estão desempregadas, entre parentes, amigos e conhecidos.

Essa é a maior marca em mais de seis anos, quando a agência de pesquisas Ipsos começou a apurar o Índice Nacional de Confiança do Consumidor (INC) a pedido da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em janeiro de 2010.

O número de conhecidos desempregados passa de sete entre as classes de menor renda, D e E, e na região Sudeste do País, que concentra boa parte da indústria, que foi muito afetada pela crise.

"Esse é o índice de desemprego que o próprio cidadão comum faz", observa o economista da ACSP, Emílio Alfieri. Ele pondera que o resultado é coerente com o número recorde de desempregados que chega a 12 milhões de trabalhadores no País.

Um resultado tão negativo, que supera de longe o de setembro do ano passado, quando cada cidadão conhecia um pouco mais do que quatro desempregados, mantém a insegurança em relação ao emprego em níveis elevados.

De acordo com a pesquisa, que ouviu 1.200 pessoas em todas as regiões do País na primeira quinzena do mês passado, 52% deles se declararam inseguros com o seu emprego e de seus familiares comparado com seis meses atrás. Essa é a mesma marca registrada em agosto deste ano.

### **Compras**

A realidade do desemprego entre amigos e conhecidos e o temor de perder o emprego ampliam a cautela nas intenções de compras. Em setembro, 64% dos entrevistados se declararam pouco à vontade em relação a seis meses atrás de levar para casa produtos de valor elevado, como geladeira, fogão ou lavadora, e 69% não estavam dispostos a assumir financiamentos para adquirir casa ou carro.

A cautela nas compras também apareceu no resultado de vendas de setembro na cidade de São Paulo. No mês passado, entre as consultas para vendas a prazo e à vista, o volume de negócios foi 7,8% menor comparado com o de setembro do ano passado.

Apesar da retração, o economista da ACSP pondera que a queda é menor do que a acumulada no primeiro semestre, de 11,1% , e também a acumulada no ano, de 9,9%. "O ritmo de retração das vendas está se reduzindo mês a mês", observa.

Parte dessa desaceleração ocorre por causa da base de comparação fraca, que é setembro do ano passado. Outra parte ocorre porque, apesar de o cenário atual da economia ainda ser ruim, a confiança do brasileiro está melhorando por conta das expectativas mais favoráveis em relação ao futuro.

No mês passado, o Índice Nacional de Confiança do Consumidor atingiu 74 pontos, com alta de seis pontos em relação a agosto, mas cinco pontos abaixo ante setembro do ano passado. Alfieri ressalta que o indicador varia entre zero e 200 pontos e que abaixo de 100 pontos o terreno ainda é negativo. "Por enquanto o que existe é a expectativa que vai melhorar", diz o economista.

## **Tesouro: PEC dos gastos é ponto de partida, acompanhada da reforma da Previdência**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou nesta segunda-feira, 3, que a PEC dos gastos é o ponto de partida do ajuste fiscal proposto pelo governo federal, seguida pela reforma da Previdência.

Ela ressaltou que nos últimos dois anos o Brasil passa pela maior crise da sua história, com queda de 7% no PIB e quase 10% na renda per capita.

"Desde 2014, com a queda da confiança que levou à perda do grau de investimento, o Brasil perdeu 2,2 milhões de empregos formais", afirmou durante a premiação do Guia 2016 Você S/A, em São Paulo.

Segundo ela, no centro da crise está o problema das contas públicas, com um déficit sem precedentes, resultado de uma queda acentuada da receita e elevação continuada das despesas públicas.

"Nós fizemos nossas escolhas lá atrás, em vez de fazer a reforma da Previdência, como outros países fizeram, em vez de aprimorar marcos regulatórios, buscar uma estrutura mais eficiente, decidimos atender grupos de pressão, aumentar desmesuradamente a pauta de subsídios, subvenções, programas que passaram a sobrecarregar as contas públicas", afirmou. Segundo ela, os subsídios saíram de R\$ 5 bilhões em 2009 para quase R\$ 50 bilhões em 2014.

Ana Paula afirmou ainda que a intervenção do governo afetou negativamente importantes empresas, como a Petrobras, que perdeu quase metade do seu valor de mercado, e a Eletrobras, que chegou a um terço do que valia antes. "Esse desequilíbrio atingiu também a Previdência, que por definição deveria ser equilibrada, já que o sistema é contributivo.

O déficit saiu de R\$ 40 bilhões em 2014 para uma previsão de R\$ 180 bilhões em 2017. Se nada for feito, a carga tributária terá de subir 10 pontos do PIB para financiar esse déficit até 2060."

A secretária afirmou que o rombo na Previdência tem tirado oportunidades dos jovens e condenado o Brasil a crescer pouco. "Chegou a hora da reforma que o Brasil precisa para voltar a crescer, através do esforço e mérito de milhões de brasileiros, para não mais se esconder atrás de uma falsa prosperidade, de um Estado ineficiente, pouco transparente e irresponsável com as contas públicas."

Segundo ela, o governo vislumbra um País que saiba aproveitar suas enormes vantagens comparativas, com uma convivência harmônica das diversidades políticas, religiosas e sociais. Ana Paula afirmou que o governo está propondo uma reforma estrutural das contas públicas que atenderá as próximas gerações e forçará um debate claro a respeito das prioridades na alocação de recursos.

"Com a recuperação da confiança, teremos mais crescimento e assim mais receitas para saúde e educação", afirmou. Ela comentou, no entanto, que não é só com mais recursos que se consegue melhores resultados nessas duas áreas. "Gestão e inovação

são essenciais. Precisamos voltar a ter uma preocupação de gerir melhor esses recursos.”

A comandante do Tesouro ressaltou que o que faz um país crescer de modo sustentável é usar os recursos de forma eficiente. Ela citou uma série de medidas que devem entrar na agenda do governo nos próximos meses, como o aprimoramento de marcos regulatórios, modernização do regime trabalhista, maior abertura comercial e mais investimentos do setor privado. “O investimento é a mola que impulsiona o crescimento da economia.”

### **Térmicas a carvão criticam decisão do BNDES de acabar com financiamento ao setor**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM) criticou a decisão anunciada nesta segunda-feira, 3, pelo BNDES, que retira qualquer tipo de apoio a investimentos em termelétricas a carvão e óleo combustível.

O presidente da ABCM, Luiz Fernando Zancan, está em Brasília justamente para tratar de medidas de apoio à renovação do parque instalado de usinas a carvão no País. “Não houve nenhuma discussão conosco sobre isso.

Por conta da crise hídrica, o governo voltou a apostar nas térmicas. Agora, vem uma decisão dessas? O BNDES dá um sinal contrário ao que se busca e contraria a política de governo”, disse.

De acordo com a ABCM, foi apresentado ao governo um plano de renovação e atualização das usinas a carvão que estão em atividade. Hoje, o Brasil tem 13 usinas a carvão em operação, que somam 3.389 MW de potência, o equivalente a 2,4% de toda a potência elétrica do País.

Segundo Zancan, o plano prevê US\$ 5 bilhões em investimentos, aumento de potência das usinas e, paralelamente, redução de 10% nas emissões de gases poluentes. “Nossa sensação é de que, com uma decisão dessas como a do BNDES, a verdade que é não haverá mais nada para o setor. Isso trava os projetos com licenças ambientais prontas. É uma discriminação de fontes”, comentou.

Se por um lado o BNDES cortou o financiamento aos projetos de usinas a carvão e óleo, por outro, ampliou os recursos para fontes renováveis, como energia solar. A diretoria de infraestrutura e sustentabilidade do BNDES passou a ser comandada por Marilene Ramos, que presidia o Ibama até o início de junho.

### **Presidente do Cosag, Jacyr Costa busca integração entre agricultura e indústria**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O diretor da região Brasil da Tereos, Jacyr Costa Filho, afirmou que sua gestão à frente do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) “dará continuidade ao trabalho desenvolvido por Roberto Rodrigues e (ex-presidente do Cosag) João Sampaio, buscando uma integração cada vez maior entre a agricultura e a indústria”. O Conselho foi criado pelo Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em 2006, tendo como presidente o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

Em nota, Skaf disse que “o Cosag é muito importante porque agrega sindicatos e associações de produtores, fornecedores e representa o entrelaçamento da indústria com a agricultura, que define o agronegócio”. O presidente da Fiesp também afirmou

que Costa Filho vai “aprimorar, aperfeiçoar e ter muitas novas iniciativas” à frente do Conselho.

Também conselheiro da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e presidente do Comitê de Agronegócio da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Costa Filho é engenheiro civil e administrador de empresas. Ele foi empossado como novo presidente do Cosag no dia 29 de setembro.

### **Média de exportações no ano até setembro caiu 4,6% e de importações recuou 23,9%**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A média diária de exportações (US\$ 737,4 milhões) entre janeiro e setembro deste ano caiu 4,6% em relação à média por dia útil dos primeiros nove meses do ano passado (US\$ 772,7 milhões). No total, as vendas ao exterior somaram US\$ 139,361 bilhões entre janeiro e setembro deste ano.

De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 3, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), houve queda de 9,1% nas exportações de básicos (US\$ 62,036 bilhões), principalmente em petróleo em bruto, café em grão, minério de ferro, fumo em folhas, minério de cobre, farelo de soja, carne de frango, soja em grão e carne bovina.

Também no acumulado do ano, houve queda de 1,4% nas vendas de manufaturados (US\$ 53,531 bilhões), sobretudo em autopeças, laminados planos, motores para veículos e partes, motores e geradores elétricos, óxidos e hidróxidos de alumínio e bombas e compressores.

Já as vendas de semimanufaturados cresceram 4% na comparação anual (US\$ 20,634 bilhões), com destaque para açúcar em bruto, ouro em forma semimanufaturada, madeira serrada, catodos de cobre e celulose.

Pelo lado das importações, a média diária de US\$ 546,0 milhões de janeiro a setembro reflete uma queda de 23,9% ao resultado registrado por dia útil no mesmo período de 2015 (US\$ 717,9 milhões). Nos primeiros nove meses de 2016, as compras do exterior totalizaram US\$ 103,186 bilhões.

Nesse comparativo, caíram as compras de bens de capital (-22,2%), combustíveis e lubrificantes (-43,7%), bens de consumo (-24,5%) e bens intermediários (-20,1%).

### **Receita forma grupo para análise de risco sobre uso indevido de compensações**

04/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Receita Federal deflagrou nesta segunda-feira, 3, uma operação para investigar o aumento substancial no uso de créditos tributários por contribuintes – principalmente grandes empresas – para quitar débitos com o Fisco.

Um grupo especial foi criado para efetuar uma “análise de risco” dessas compensações, cruzando informações das declarações com notas fiscais. Como resultado, foram selecionados 796 contribuintes de “alto risco”, que respondem por R\$ 32,8 bilhões em créditos.

“Não sendo confirmados, haverá decisão de não homologação desses créditos. Nossa expectativa é recuperar R\$ 9,5 bilhões”, disse o subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal, Carlos Roberto Occaso. Além desse valor, haverá



ainda a incidência de multa, que é de 50% em geral e de 150% em casos de fraude comprovada.

A cifra, porém, pode retornar aos cofres do governo apenas a médio prazo, reconheceu o subsecretário. Isso porque os contribuintes podem contestar a não homologação dos créditos.

A principal hipótese considerada pelo Fisco é que algumas empresas estão fazendo uma espécie de planejamento tributário. De maneira geral, grande parte dos créditos usados são oriundos de incentivos do governo. "O contribuinte está assumindo maior risco, informando compensação sem lastro", disse Occaso. "Vemos uma tendência perigosa (no uso de compensações)", acrescentou.

Segundo o subsecretário, a Receita recorreu a informações que os próprios contribuintes prestam na declaração de compensação e cruzou com dados de nota fiscal e declaração do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

"Verificamos se crédito tem sustentação na nota fiscal ou na escrituração. Não havendo suporte jurídico ou contábil, aí é que nós classificamos o risco dessas compensações. Aquelas que têm elevado grau de risco são alvo da investigação", disse.

Occaso afirmou que o setor de atividades e serviços financeiros, que inclui bancos e corretoras, é o que mais recorre à compensação de créditos. Mas a Receita não fez uma análise setorial do grupo de 796 que são alvo da investigação.

Segundo o Fisco, os 30 maiores compensadores de todos os setores utilizaram créditos de R\$ 17,4 bilhões neste ano. O total de compensações em 2016 soma R\$ 58,8 bilhões.

### **Notificações**

A Receita Federal investiga escritórios de advocacia que oferecem a clientes o uso de títulos públicos para abatimento da dívida tributária. A prática é vedada por lei, mas tem sido utilizada para reduzir o débito de empresas com o Fisco.

O órgão já notificou cerca de 10 mil contribuintes, que respondem por R\$ 4 bilhões em débitos sonegados.

"A fraude tem origem, núcleo nesses escritórios", afirmou Occaso. Segundo ele, é comum que esses escritórios contatem os contribuintes oferecendo a suposta vantagem, conseguindo aval para atuarem em seu nome junto à Receita mediante procuração.

"Estamos notificando as empresas e dando prazo para que voltem à situação original, seria situação de autorregularização. Se ela não se autorregularizar, aí sim faremos lançamento de ofício, aplicação de multas e apresentação de representação fiscal para fins penais", explicou o subsecretário.

As multas podem ir de 75% a 225% do débito sonegado. "Não existe chancela do Tesouro para isso, esses escritórios preparam conjunto de documentos para aplicar golpes em contribuintes", disse Occaso.

Segundo a Receita, a fraude é registrada tanto em empresas optantes quanto não optantes do Simples Nacional.

Os escritórios que praticam a fraude também serão alvo de investigação, em parceria com o Ministério Público. Há grupos já identificados que operam nos Estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Espírito Santo.

## Receita diz que 91 contribuintes saíram do Brasil para sonegar

04/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Receita Federal identificou 91 contribuintes que decidiram sair do país para sonegar impostos. Segundo a área de fiscalização do fisco, o objetivo da mudança foi fugir do pagamento de tributos. A Receita cobra desses contribuintes R\$ 112 milhões.

A ação foi conduzida em São Paulo como projeto-piloto. Agora, o fisco partirá para uma operação nacional.

Há na mira 5.474 contribuintes suspeitos de serem "falsos imigrantes". Segundo a Receita Federal, todos possuem registro de que, em 2014, possuíam bens no exterior –no total, R\$ 8,5 bilhões.

A lei de repatriação sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff no início do ano usa 31 de dezembro de 2014 como referência. Quem manteve dinheiro lá fora até esta data sem declarar ao fisco pode pagar imposto e multa e regularizar sua situação.

"Começaremos uma grande operação de fiscalização sobre aqueles que já temos informações e que não utilizaram os benefícios da lei", afirmou Paulo Ricardo de Souza Cardoso, secretário-adjunto da Receita. "Não é ameaça. É só um lembrete."

O fisco usará dados enviados pelo governo americano, com quem o Brasil firmou um convênio —além de informações do "SwissLeaks" (vazamento de contas secretas do HSBC na Suíça) e do "Panamá Papers" (que expôs offshores no país).

A ação começará após o dia 31 de outubro, quando termina o prazo para adesão ao programa. A expectativa é que a nova lei seja votada nesta semana. Apesar disso, congressistas e integrantes do governo falam em manter a data de inscrição.

A Receita Federal é contra qualquer mudança na lei.

"Para a administração tributária, não seria conveniente promover alterações nesse projeto a esta altura do campeonato. Elas só servem para promover insegurança jurídica", disse Cardoso, que ironizou o fato de os deputados já estarem na nona versão do novo projeto de lei.

O fisco considera que foi dado tempo suficiente para que os contribuintes se preparassem. Desde abril, o sistema está disponível. Segundo o secretário, após meses atualizando a seção de "perguntas e respostas" sobre a lei de repatriação, as dúvidas enviadas à Receita cessaram.

Até sexta-feira (30), o governo já havia arrecadado R\$ 8,5 bilhões em tributos e multas com o programa. Mais de 3.500 contribuintes haviam aderido, regularizando R\$ 28,5 bilhões.

"Este número nos leva a manter a expectativa de que o programa será plenamente exitoso", disse Cardoso.

## **Fabricante de tubos Vallourec funde suas atividades no Brasil**

04/10/2016 – Fonte: G1

**Objetivo é fechar dois altos fornos e uma siderúrgica no país. Nova empresa estará nas mãos da Vallourec, da NSSMC e da Sumitomo.**



O fabricante de tubos sem soldadura Vallourec anunciou nesta segunda-feira (3) a fusão de suas duas principais atividades no Brasil.

Em fevereiro, o grupo já havia apresentado seu projeto de reunir Vallourec Tubos do Brasil e Vallourec and Sumitomo Tubos do Brasil, uma filial que possuía junto às companhias japonesas Nippon Steel and Sumitomo Metal Corporation (NSSMC) e Sumitomo.

O objetivo é criar uma nova entidade até o fim de 2018 e fechar dois altos fornos e uma siderúrgica no país.

A nova empresa, chamada Vallourec Soluções Tubulares do Brasil, estará nas mãos do grupo francês (84,6%), de NSSMC (15%) e de Sumitomo (0,4%).

Por sua vez, NSSMC seguirá produzindo 300.000 toneladas de tubos anuais na usina de Jeceaba, no sul do Brasil.

## **MAN e Scania trabalharão juntas no desenvolvimento de veículos**

04/10/2016 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen Truck & Bus, holding criada há um ano para abrigar todas as marcas de veículos comerciais do Grupo VW, trabalha para aumentar a cooperação entre suas empresas.

A companhia determinou princípios claros para a colaboração entre MAN e Scania na área pesquisa e desenvolvimento (P&D). O plano é que, no futuro, as equipes das duas empresas trabalhem juntas na criação de componentes e do trem-de-força para os caminhões e ônibus das duas marcas.

O foco está em plataformas comuns para motores, transmissões e sistemas de pós-tratamento que possam ser adaptados entre as fabricantes.

Segundo a companhia, o plano pretende garantir que as identidades permaneçam claramente definidas, ainda que boa parte do desenvolvimento seja feito em conjunto.

“A cultura e o modelo de negócio de cada empresa será preservada. Simultaneamente geraremos sinergias que trarão vantagem para todos. Isso nos dá espaço para investir em novas áreas de negócio, inovar para os nossos clientes e aumentar a penetração em novos mercados”, esclarece Andreas Renschler, CEO da Volkswagen Truck & Bus.

O executivo aponta que a cooperação é essencial para que as empresas garantam liderança de mercado na próxima década. Com a colaboração, MAN e Scania devem

determinar mais cedo no processo de desenvolvimento o objetivo de cada projeto e qual marca ele atenderá.

As necessidades da Volkswagen Caminhões e Ônibus e da Navistar também serão consideradas neste momento. Desta maneira, tanto a holding quanto as empresas terão programação clara do que está em curso nos departamentos de P&D.

A Scania vai liderar o desenvolvimento de uma plataforma de motores de 13 litros e de sistemas de pós-tratamento para veículos grandes, já a MAN será responsável pelo projeto de propulsores de 5 a 9 litros e por sistemas para veículos pequenos e médios.

A divisão dos projetos de transmissões será semelhante: as caixas pesadas ficarão com a marca sueca enquanto a MAN cuidará das pequenas e médias.

A companhia pretende ainda manter todas as fábricas que existem hoje no mundo, com a possibilidade até mesmo de ampliação de algumas delas.

A ideia é não transferir a produção: cada uma das marcas montará seus próprios veículos. As exceções ficam para as transmissões. As pesadas podem ser feitas pela Scania para a MAN, por exemplo.

O projeto para as empresas pode demandar incremento da força de trabalho em algumas regiões e reestruturação em outras. A promessa, no entanto, é de não fazer cortes, apenas realocar profissionais para outras plantas ou marcas quando for necessário.

## **MAN LA finalmente lança VW Constellation 30.330**

04/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Após um ano da apresentação da sua linha de caminhões 2016, a MAN Latin America finalmente lança no mercado brasileiro o pesado Volkswagen Constellation 30.330 V-Tronic na configuração 8x2 com um segundo eixo direcional de série, que atende à legislação brasileira e pode levar mais carga puxando um só implemento, gerando economia de combustível e pneus na comparação com os caminhões 6x4.

Sua configuração tem seis toneladas a mais de PBT em comparação com a versão 6x2, passando a 29 toneladas de PBT.

“Essas características se traduzem no melhor custo operacional para o frotista, que ganha em velocidade nas suas viagens, agilizando a entrega e ainda reduzindo o consumo de combustível e demais custos envolvidos. Soma-se a essas vantagens o segundo eixo direcional presente nesse Constellation, que permite transportar até seis toneladas a mais do que em sua versão 6x2”, afirma Ricardo Alouche, vice-presidente de vendas, marketing e pós-vendas da MAN Latin America.

Equipado com motor Cummins de 334 cv, para a versão V-Tronic a transmissão é a ZF de 12 velocidades. O modelo é indicado para atender os principais segmentos de aplicação rodoviária e de distribuição, podendo operar como frigorífico, furgão, tanque, basculante, graneleiro e sider.

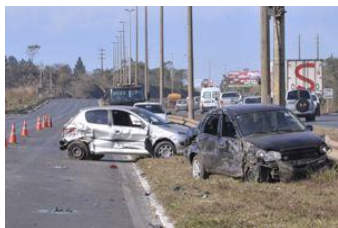
Entre as alternativas de configuração, são três opções diferentes de entre-eixos e duas de cabines, sendo a versão estendida ou a de leito teto alto ou baixo.

Como itens de segurança, o VW Constellation oferece freio ABS com sistema antitravamento de rodas, o EBD, que controla e gerencia a distribuição da pressão de frenagem entre os eixos dianteiro e traseiro e o ATC, que controla a velocidade das rodas e o torque do motor.

Além disso, o caminhão conta com o EasyStart, que reforça a partida em rampa, com dispositivo que permite travar os freios dianteiros e traseiros do veículo por até três segundos em aclives.

## Redução de acidentes exige novo paradigma

04/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Para alcançar melhora significativa da segurança no trânsito, governos precisam mudar o paradigma e implementar ações mais expressivas. Esta é a conclusão de relatório da OCDE, organização para cooperação econômica e desenvolvimento, que busca aumentar o bem-estar social ao redor do mundo.

O documento foi elaborado em parceria com mais de 20 entidades, incluindo o Global NCAP.

O avanço em segurança é essencial, alertam as organizações. Em 2015, mais de 25% dos 65 milhões de carros vendidos não atendiam às recomendações mínimas de segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Estes modelos não alcançavam patamares mínimos, sem dispositivos como freios ABS, airbags ou controle eletrônico de estabilidade. As entidades pretendem mudar este cenário ao pressionar governos ao redor do mundo a assumirem compromisso maior com a segurança.

O material aponta que os países não devem se limitar a fazer melhorias incrementais para garantir a segurança viária, mas em traçar metas e objetivos claros e investir em mudanças significativas para alcançá-los. Segundo as entidades, este é o caminho para alcançar a meta de reduzir a zero o número de acidentes de trânsito com vítimas fatais ou seriamente feridas.

O relatório recomenda que as mudanças passem por:

- Desenvolver estradas totalmente seguras, não apenas com melhorias incrementais em relação ao que existe hoje;
- Oferecer uma liderança forte e sustentável para guiar a mudança de paradigma;
- Manter um senso de urgência para conduzir a transformação;
- Estabelecer uma forma de trabalho focada em resultados que envolva todos os responsáveis por segurança nas estradas;
- Usar a tecnologia para tornar o trânsito das cidades mais seguros;
- Trabalhar na coleta e análise de dados de trânsito e segurança.

O Global NCAP destaca que, até 2020, todas as nações deveriam tornar obrigatório sistema de controle de estabilidade, além de proteção contra impacto frontal, lateral e para o pedestre.

## **PSA lança marca da divisão de aftermarket**

04/10/2016 – Fonte: Automotive Business



O Grupo PSA anuncia o lançamento da Distrigo, marca da divisão de distribuição de autopeças IAM (Independent After Market) focada no aftermarket, com o objetivo de reforçar a presença da companhia no mercado de reposição, um dos pilares da estratégia global Push to Pass. A nova marca atenderá diferentes tipos de veículos e de idades, independentemente da marca (fabricante).

Lançada em 4 de julho deste ano, a operação de distribuição de peças (IAM) começou a operar primeiro na França, Bélgica e Luxemburgo. A expectativa da companhia é que a nova unidade esteja presente em toda a Europa até meados do ano que vem.

Segundo o vice-presidente de pós-vendas do Grupo PSA, Christophe Musy, o objetivo é aumentar as vendas nesse mercado em 10% em 2018 e 25% até 2021. "A nossa nova marca Distrigo representa uma importante ferramenta de conquista de participação de mercado que nos permitirá alcançar nossos objetivos", disse.

A marca Distrigo será lançada nos principais mercados nos próximos meses.

## **Polypack vê retomada dos negócios com maior procura por testes**

04/10/2016 – Fonte: Automotive Business

Empresa de capital nacional sediada em São Carlos (SP) e especializada em ensaios técnicos de peças plásticas para a indústria automobilística, a Polypack não tem o que reclamar do mercado neste período de crise. O faturamento vai crescer cerca de 15% este ano, para R\$ 3 milhões, e programas de investimento estão em andamento para atender as novas encomendas de serviços.

"Somos o único player no mercado que está fazendo aportes em instalações e laboratórios para atender a retomada que já ocorre em nosso segmento", garante o diretor Jefter Nascimento, explicando que os negócios esfriaram no primeiro semestre, mas agora o clima é de aquecimento.

Os investimentos são feitos com capital próprio. O principal projeto em andamento é um laboratório para testes climáticos e avaliação do efeito de intemperismos, que já atende GM, Ford, Fiat, Mercedes-Benz e Volkswagen, juntamente com sistemistas. Dois equipamentos para teste de intemperismo foram adquiridos da Atlas-Ametek e outros dois serão implantados no próximo ano, quando será concluída a aplicação de US\$ 730 mil.

Com aporte de € 150 mil, a Polypack finaliza também a instalação de um laboratório específico para teste de painéis de teto, para-sóis e laterais de porta. As instalações, concebidas inicialmente para atender um sistemista, vão cumprir um programa de ensaios que era realizado na Espanha.

"Vamos substituir a importação de serviços e passaremos a executar, para o mesmo sistemista, contrato para teste de componentes produzidos no México e Argentina", afirma Nascimento.

A Polypack atende projetos novos e inspeções de layout, estas últimas requisitadas por empresas de autopeças para comprovar os indicadores de qualidade nos

fornecimentos. São realizadas também análises de falhas em componentes, para revelar as causas das anomalias.

Os ensaios técnicos para a indústria automobilística abrangem para-choques, aerofólios, grades frontais e frisos laterais. Os componentes utilizados na parte interna dos veículos e submetidos a testes são painéis de instrumentos, console central, laterais de portas, colunas e porta-pacotes.

Nascimento revela que notou também um aquecimento na realização de ensaios para a indústria têxtil voltados a tecidos sintéticos destinados à indústria automobilística.

## **Schunk oferece produto que otimiza o processo de set-up das máquinas**

04/10/2016 – Fonte: CIMM

A Schunk Intec-Br, subsidiária brasileira da alemã Schunk GmbH & Co. KG, líder competente em tecnologia de fixação e sistemas de garras, desenvolveu o sistema de troca-rápida de castanhas Pronto, especialmente para placas de torno convencionais com castanhas fixadas por parafuso.

### **Fixação de diferentes geometrias com velocidade e flexibilidade**

Independentemente da forma ou tamanho, as castanhas Schunk Pronto permitem a fixação de diferentes geometrias e forma rápida, flexível e com segurança.

O sistema de troca rápida é único. Ele pode ser montado em qualquer placa de torno (não importa o fabricante ou design). Ela permite alta flexibilidade e baixo tempo de set-up de apenas 15 segundos para o conjunto completo das castanhas.

O operador pode fresar o perfil da peça nas castanhas moles Schunk Pronto. Como alternativa, a Schunk possui castanhas duras já configuradas para fixação de diferentes formatos de peças.

### **Troca de castanhas com forma rápida e precisa**

Em combinação com as castanhas de suporte Schunk Pronto, castanhas prismáticas podem ser utilizadas com alta flexibilidade. Para uma troca rápida de castanhas, tudo que é necessário é soltar um parafuso com uma chave Aalen, remover o inserto da castanha prismática e trocar por outro inserto.

Durante a troca das castanhas, um posicionamento incorreto da castanha no serrilhado é eliminado. Excelente repetibilidade de 0,02mm permite a simples troca dos insertos sem a necessidade de ajuste do conjunto.

Na posição fixadas, uma trava de seis lados com sistema form-fit garante a máxima estabilidade do processo e garante alta força e transmissão de torque.

### **Design modular para eficiência máxima**



As castanhas de suporte Schunk Pronto estão disponíveis em 2 variantes de montagem: serrilhado (1/16" x 90° ou 1,5 mm x 60°) para placas de torno

convencionais ou serrilhados retos ou angulares para instalação do sistema Pronto em placas mais modernas.

Os castanhas de suporte podem ser combinadas com diferentes insertos, como duros ou moles. Usando os insertos moles, o diâmetro de fixação pode ser aumentado em até 55mm. Para insertos duros, o aumento pode ser de até 45mm, tudo isso sem a mudança do posicionamento da castanha de sobrepor.

As castanhas Schunk Pronto podem ser usadas em qualquer placa para torno com serrilhado fino nos tamanhos de 200, 250, e 315, independente do fabricante. O design modular permite combinações personalizadas e econômicas de componentes individuais.

Além da compatibilidade dos insertos de troca com qualquer castanha base, pois a única variação é o posicionamento.

Uma ferramenta desenvolvida especificamente garante armazenamento limpo e acesso rápido aos insertos temperados, moles, castanhas base com parafusos montados, porcas T e acessórios de ajuste. Além de contar com uma tabela com os dados técnicos, que simplificam a escolha e a montagem dos componentes individuais.

Outra vantagem adicional é o espaço de armazenamento das castanhas, que está integrado à máquina. Todos os componentes podem ser transportados sobre uma bandeja e usando um engate rápido, pode ser montado diretamente na máquina.

## **Retrak investe R\$ 5,2 milhões em empilhadeiras Kion Group**

04/10/2016 – Fonte: CIMM

A Retrak Empilhadeiras, empresa que loca e vende equipamentos da alemã Still para a movimentação e armazenagem de materiais, anunciou investimentos de R\$ 5,2 milhões em equipamentos da Kion Group, detentora das marcas Linde e Still, durante a Movimat 2016.

A empresa passou a ser dealer para vendas da marca Linde no segundo semestre deste ano, agregando também equipamentos da marca à sua frota de locação, que atualmente conta com mais de 2000 equipamentos.

A novidade é parte da estratégia da Kion Group de reposicionamento de mercado, que atingiu os representantes de seus equipamentos em todo o Brasil. O diretor executivo da Retrak Empilhadeiras, Fábio Pedrão, explica que, com o realinhamento, a partir de agora a empresa passa a atuar na região Norte e Oeste de São Paulo como representante das marcas, dando continuidade à suas diretrizes de boas práticas no atendimento dos clientes.

Os profissionais Retrak receberam os treinamentos necessários ao conhecimento e manutenção dos novos equipamentos junto à fabricante, bem como foram alinhados materiais de divulgação de ambas as marcas no mercado e foi feito estoque de peças de reposição Linde, potencializando a disponibilidade de rápido atendimento aos clientes.

“Agregar equipamentos Linde ao nosso portfólio, com posicionamento dentro do segmento Premium, é muito positivo pois nos trouxe novas oportunidades de negócios em empresas que desenvolvem operações severas como as que atuam em portos, aeroportos, papel e celulose e bebidas.

São máquinas projetadas para trabalho intenso, com baixo consumo de combustível e maior conforto para o operador, proporcionando ao cliente um excelente retorno sobre o investimento e estamos animados com as perspectivas”, destaca Pedrão.



## **Locação em destaque**

A união das marcas Linde e Still na frota da Retrak vem reforçar as diretrizes que a empresa, a cada ano, projeta para seguir atendendo ao mercado com elevado nível de serviço. Principalmente neste momento decisivo político-econômico do país.

“Promovemos constante renovação da frota, que tem idade média de 4 anos, mantemos o corpo técnico e de projetos em treinamento junto aos fabricantes de máquinas, além de realizarmos investimentos institucionais como a participação em feiras de negócios e melhorias de processos internos”, relata o diretor executivo da Retrak. “Há alguns anos estamos focando também a eficiência e disponibilidade de nossos equipamentos desenvolvendo acessórios exclusivos que apoiam suas operações e manutenção”.

O executivo assinala que as empresas mais preparadas são as que mais têm se destacado no mercado de locação de equipamentos, que vive uma conjuntura de demanda impulsionada pela oscilação cambial, dificultando a comercialização de equipamentos, e ainda, pelo corte de custos promovido pelas empresas.

“Assumimos uma posição de apostar na retomada de demanda e trabalhamos para estar preparados para esse momento, diversificando as frentes de trabalho e traçando estratégias para destacar-se ao longo dos anos entre a concorrência”, reforça Pedrão.

“A solidez financeira, os alinhamentos para acompanhar a realidade do país, os investimentos constantes em treinamento e, mais recentemente, o foco em novos projetos em prol da eficiência e segurança, mostram a credibilidade e confiança do mercado na Retrak”.

“Nosso portfólio hoje está direcionado a prover soluções em movimentação e armazenagem de materiais disponibilizando, para locação e para venda, equipamentos e acessórios para os mais diversos setores da economia e operações”, finaliza o executivo.